

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RECIFE (2015-2025): EVIDENCIANDO UM CENÁRIO DE DISPUTA

Jéssica do Nascimento Silva. UFPE. jessicanascimento1971@hotmail.com

Luciana Rosa Marques. UFPE. lmarques66@gmail.com

Introdução

O Plano Municipal de Educação do Recife foi aprovado em 2015, diante de intensos protestos de estudantes e representantes do Sindicato Municipal dos Professores de Ensino da Rede Oficial do Recife (Simpere), contra a tentativa de barrar a inclusão das questões de gênero e exigiam que os pontos discutidos na 10ª Conferência Municipal de Educação (COMUDE) fossem incluídos no Plano.

Objetivou-se, de modo geral, analisar o cenário de votação/aprovação do Plano Municipal de Educação da cidade do Recife, e especificamente identificar as articulações políticas que favoreceram a aprovação do documento; além de identificar as principais reivindicações dos grupos que exerceram protestos durante o período de votação/aprovação do documento. O texto propõe-se a evidenciar e analisar esse cenário com base em matérias jornalísticas de veículos de significativa circulação em Pernambuco¹. O estudo foi desenvolvido ao longo da disciplina Tópicos Educacionais IV (Educação e Desigualdades Sociais²).

Metodologicamente foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa (DENZIN E LINCOLN, 2006), cujos os instrumentos foram a análise documental (LE GOFF, 1994) e a análise de conteúdo (BARDIN, 2006).

Foi realizado levantamento de matérias jornalísticas e a disponibilidade de matérias foi numerosa, assim foram selecionadas apenas matérias publicadas no ano de

¹ No levantamento de matérias jornalísticas sobre o período de debates em torno da aprovação do documento, Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco apresentam destaque na cobertura dos acontecimentos com matérias variadas sobre a aprovação do documento e os protestos em torno dessa aprovação.

² Componente curricular ofertado no primeiro semestre de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco.

2015³. Após esse levantamento, as matérias foram analisadas com base no conteúdo das publicações e classificadas em categorias analíticas com base nos objetivos específicos.

Evidenciando um cenário

Na cidade do Recife, no ano de 2015 ocorreu a 10ª Conferência Municipal de Educação (COMUDE), cujo título foi *“Recife: Planejando a Próxima Década”*, na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Educadores do Recife Professor Paulo Freire. Apresentando-se enquanto processo/espço democrático e participativo a 10ª COMUDE elaborou em sua culminância documento referência para o plano municipal de educação do Recife. Porém, o que ocorreu na prática foi a aprovação de um documento diferente ao que fora desenvolvido na conferência pela câmara dos vereadores, a portas fechadas, em sessão extraordinária.

De acordo com publicação do Diário de Pernambuco no dia 22 de junho de 2015, “assim como aconteceu na Assembleia Legislativa, os vereadores da bancada evangélica saíram vitoriosos e conseguiram vetar qualquer menção à identidade de gênero no PME”. Ainda na publicação, um grupo de vereadores “saíram em defesa do projeto, afirmando que não caberia à escola ensinar esse tipo de conteúdo às crianças”.

Entoando gritos de protesto como: “o povo não se ilude, a gente quer o documento da Comude” e “beijo homem, beijo mulher, tenho direito de beijar quem eu quiser”, eles jogavam balões e papéis nos vereadores presentes. (trecho - D.PE, 22/06/2015).

No trecho acima, observa-se que há uma reivindicação do lugar de existir, sobretudo, na política, por parte dos grupos que exerceram contraponto à maioria parlamentar. Como forma de reivindicar a efetivação do documento legítimo, debatido e proposto pela 10ª Comude, recorrem ao direito de exercer a sua sexualidade. Destaca-se aqui o campo do direito, acionado de modo contundente para afirmar que a exclusão do termo *gênero* no documento configura uma violação do direito das pessoas LGBTs a educação.

O prefeito do Recife, Geraldo Júlio (PSB), afirmou nesta quinta-feira (25) que a polêmica em torno da aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) faz parte do processo

³ Além de ser o ano de aprovação do documento, a escolha pelo ano de 2015 justifica-se pela incidência de matérias no âmbito nacional, estadual e municipal acerca da temática.

democrático, mas que o documento foi debatido com especialistas e discutido na Câmara do Recife. (JC, 25/06/2015).

O discurso do prefeito, segundo o texto da matéria, afirma que os protestos são parte do processo democrático. Não discorda-se dessa afirmativa, porém, na leitura do contexto e do significado de democracia e da legitimidade das instâncias democráticas de participação, compreendido no presente trabalho, há desacordo da afirmativa do prefeito. Trata-se de entender democracia de um modo mais amplo e as nuances desse conceito. Não se trata apenas de exercer contraponto, mas de efetivar demandas coletivas, corroboradas em espaço legítimo de constituição do processo democrático. Há que se perceber que o discurso do prefeito é na verdade uma autoverdade⁴, não se trata de processo democrático, como afirma, mas de antidemocracia.

Reis e Eggert (2017) apresentam diversos documentos, nacionais e internacionais, que evidenciam, após significativas lutas, o direito de existir desses grupos historicamente excluídos das ações governamentais. Assim, “[...] fica evidenciado que vem tendo um processo, há décadas, internacional e nacionalmente, voltado para a promoção da equidade entre os gêneros e para o respeito à diversidade sexual, no qual o papel da educação é visto como essencial para se atingir esse objetivo”. (REIS; EGGERT, 2017, p. 15).

Quando determinadas pautas são reorganizadas ou, como no caso das discussões de gênero e sexualidade, excluídas, elas representam importante significado. O cenário de aprovação dos planos, desde o plano nacional até os planos municipais, evidenciam um importante sentido de educação em voga nas propostas educacionais. Posterior aos planos desenha-se um cenário de golpe que aprova diversos documentos sem nenhuma participação, excluindo qualquer possibilidade democrática de propor a educação.

Considerações Finais

O atual Plano Municipal de Educação da cidade do Recife (2015-2025), em seu teor invisibiliza as relações de gênero e sexualidade reforçando o discurso conservador que exclui diversas temáticas das políticas educacionais. Diante deste cenário, em que

⁴ O entendimento de autoverdade empreendido no texto refere-se à leitura do sujeito sobre discurso com base apenas no discurso, sem legitimação, social, histórica e científica. (VERONESE e LACERDA, 2011).

temáticas fundamentais no campo social são negligenciadas a abordagem desses temas no espaço escolar perde cada vez mais significância.

Possibilitar novas práticas de resistência contra novas formas de subordinação apresenta-se como ponto significativo na luta pelo debate discursivo na proposição e efetivação de políticas públicas educacionais no cenário político/social brasileiro diante da usurpação do poder pelos movimentos que se apresentam antidemocráticos. Deste modo, justifica-se como importante registro analítico e crítico dos tempos presentes que desafiam as construções democráticas, obtidas através de significativas lutas e importantes reflexões, não homogêneas, dos diferentes segmentos da educação.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise dos Conteúdos**. Lisboa. Edições 70, 2004.

DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvona. S. **Introdução**: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In. (Org.) DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvona. S. Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora, 1994.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.

VERONESE, Marília Veríssimo; LACERDA, Luiz Felipe Barboza. O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 2, p.419-426, jul./Dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/17616/10568>>. Acesso em: 15 jul. 2018.